



Universidade de Brasília

Ministério da Educação
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
Centro de Formação Continuada de Professores
Secretaria de Educação do Distrito Federal
Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação
Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

**O BLOCO INICIAL DE ALFABETIZAÇÃO COMO POLÍTICA
PÚBLICA:**

Refletindo sobre a gestão pedagógica na escola

Adalvany Araújo de Sousa Nogueira

Professora-orientadora Dra Shirleide Pereira da Silva Cruz
Professora monitora-orientadora Mestre Lucilene Costa e Silva

Brasília (DF), Maio de 2013

Adalvany Araújo de Sousa Nogueira

**O BLOCO INICIAL DE ALFABETIZAÇÃO COMO POLÍTICA
PÚBLICA:
Refletindo sobre a gestão pedagógica na escola**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica sob orientação da Professora-orientadora Dra Shirleide Pereira da Silva Cruz e da Professora monitora-orientadora Mestre Lucilene Costa e Silva.

TERMO DE APROVAÇÃO

Adalvany Araújo de Sousa Nogueira

BIA - EDUCAÇÃO CICLADA NO DF E A GESTÃO PEDAGÓGICA

O BIA como política pública educacional no DF desde sua implementação

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:



Dra Shirleide Pereira da Silva Cruz – FE/UnB
(Professora-orientadora)



Profa. Mestre Wilcéa Pereira Stacciarini –SEE/DF
(Examinadora externa)

Brasília, 18 de maio de 2013

DEDICATÓRIA

A Deus, por ter me dado forças e proporcionando mais esta etapa de aprendizagem.

À minha família, pela compreensão e apoio.

AGRADECIMENTOS

Aos meus colegas de trabalho e a equipe da UnB/EAPE, pelas contribuições valiosas.

“Será indispensável alterar a organização das escolas, interrogar práticas educativas dominantes. É urgente interferir humanamente no íntimo das sociedades humanas, questionar convicções e, fraternalmente, incomodar os acomodados”.

José Pacheco
Educador português

RESUMO

A implantação do Bloco Inicial de Alfabetização – BIA nos anos iniciais do ensino fundamental nas escolas públicas do Distrito Federal alterou a organização do tempo/espaço escolar, as formas de avaliação e metodologia pedagógica em curso nas Instituições Educacionais. A Gestão Democrática entendida em seu sentido amplo, o trabalho coletivo e a introdução dos princípios pedagógicos do Bloco alteraram e continuam alterando o cotidiano escolar. Esse reconhecimento foi feito a partir da apreciação do Projeto Político Pedagógico da escola e da aplicação e análise de questionários, através dos quais buscou-se avaliar os impactos provocados na Gestão Pedagógica da escola com a implantação do BIA. Os participantes da pesquisa aprovam a adoção dos ciclos de aprendizagens na fase inicial de alfabetização, porém apontam algumas fragilidades no processo. Entendem que precisam continuar investindo em sua formação continuada e contam com a Secretaria de Educação do Distrito Federal na parceria de ofertar cursos acessíveis a todos os profissionais da rede.

Palavras – chaves: Gestão pedagógica, trabalho coletivo, ciclos de aprendizagens.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. Concepções Políticas sobre a Educação no Brasil	15
1.1 Os Ciclos de Aprendizagem e de Alfabetização na História da Educação no Brasil	19
1.2 Implantação do Bloco Inicial de Alfabetização BIA - no Distrito Federal	22
2. METODOLOGIA	29
2.1 Local de Estudo e Caracterização de Pesquisa	29
2.2 Participantes de Pesquisa	30
2.3 Instrumentos Utilizados	31
2.4 Procedimentos da Coleta de Informações	31
2.5 Procedimentos Éticos de Pesquisa	32
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	33
3.1 Análises dos Dados	33
3.1.1 Conhecimento acerca das Diretrizes do BIA	33
3.1.2 Os desafios para implementação do BIA	34
3.1.3 Gestão pedagógica da escola e implantação do BIA	36
3.1.4 Organização espaço e tempo escolar	37
3.1.5 Possibilidades metodológicas e práticas pedagógicas	39
3.1.6 Princípios pedagógicos	41
3.1.7 Alteração na taxa de aprovação/reprovação	41
3.1.8 Contribuição do coordenador pedagógico	43
3.1.9 Trabalho em equipe	44
3.1.10 Estrutura do BIA	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
Referências Bibliográficas	50
Apêndice	51

INTRODUÇÃO

As rápidas transformações da sociedade moderna, a globalização e o fácil acesso a imagens, vídeos, filmes e notícias mundiais obrigam a escola a reinventar-se e buscar novas concepções pedagógicas que possam atender a todos seus alunos de forma a inseri-la no mundo do mundo do conhecimento. É preciso trazer para sala de aula essa nova realidade, aperfeiçoando e aplicando os recursos pedagógicos disponíveis e pesquisando novas metodologias e conceitos educacionais que rompam o paradigma da manutenção das desigualdades sócias e culturais que têm sido a tônica da realidade escolar brasileira.

O tema deste estudo é **o Bloco Inicial de Alfabetização como Política Pública**. Para delimitá-lo foi escolhido o título: Refletindo sobre a gestão pedagógica na escola.

O presente trabalho se justifica pelo entendimento de que a educação é uma ferramenta essencial para a inserção social de nossos alunos, desde a mais tenra idade. A adoção dos ciclos no Distrito Federal tem suscitado debates calorosos entre os educadores. Alguns o defendem ardorosamente por entenderem que a educação ciclada rompe com a lógica da repetência sistematizada e propõe avaliações não centradas apenas no aluno, outros criticam principalmente a promoção automática com retenção prevista apenas no 3º ano da etapa.

Assim o problema da presente pesquisa é: **Quais os desafios do Bloco Inicial de Alfabetização - BIA para a Gestão Pedagógica de uma escola de Ensino Fundamental Anos Iniciais no DF?**

A visão neoliberal do Século XXI, apesar de garantir o acesso ao nível básico de educação propõe um “estado mínimo” em relação aos outros níveis por entendê-los como gastos orçamentários que oneram o erário público.

Os liberais com fortes influências de Durkheim e os sociais democratas percebem a escola como uma “agência socializadora” que possibilita a formação de agentes sociais e políticos requeridos pela modernidade. Tanto neoliberais como liberais e sócio – democratas tinham visões que pouco contribuíram para alterar as desigualdades sociais, superar problemas como desemprego, falta de qualificação profissional e oferta de oportunidades igualitárias a todos os cidadãos.

No ano de 1549 ocorreu a chegada dos Jesuítas, que por mais de 200 anos foram os únicos educadores e tinham como foco a moral, os costumes e a religiosidade europeia como métodos pedagógicos.

Com a redemocratização brasileira a promulgação da Constituição de 1988 no artigo nº 205 assegurou a educação escolar como direito de todos e dever da família e do Estado. A publicação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96 e a criação do Plano Nacional de Educação – PNE em 2001 vieram fortalecer e assegurar esse direito.

O artigo 206 da Constituição de 1988 tem como foco a Gestão Democrática, um tema que envolve a discussão dos educadores que buscam uma escola autônoma, que atende as necessidades educacionais dos alunos de forma inclusiva e que demonstre ser uma agência transformadora da sociedade em que está inserida.

Nessa pesquisa são ressaltadas as ações empreendidas por educadores e governo do Distrito Federal que influenciados pelo debate nacional têm empreendido mudanças no cenário local, culminando com a adoção dos ciclos, que aqui se denominou Bloco Inicial de Alfabetização – BIA. A Secretaria de Educação do Distrito Federal em 2012 publicou o Projeto Político Pedagógico Professor Carlos Mota, educador que lutava pela inclusão social e por uma sociedade mais justa e solidária, e que foi assassinado em 20/06/08, por traficantes de drogas.

A metodologia baseou-se em pesquisa bibliográfica e documental tendo como referência máxima as Diretrizes Pedagógicas do BIA (2012).

Foi realizada também uma pesquisa de campo qualitativa e descritiva em uma escola pública de ensino fundamental situada em Santa Maria - Distrito Federal, na qual os profissionais da educação, vinculados ao BIA responderam espontaneamente um questionário aberto com dez perguntas.

A Análise dos Dados foi realizada à luz do referencial teórico constante neste trabalho.

Nas Conclusões Finais ficou evidenciado o comprometimento dos educadores da Instituição X com o trabalho coletivo e a busca de estratégias para que possam vencer as dificuldades de ensino e aprendizagem no cotidiano escolar. Os professores regentes percebem a necessidade de continuarem investindo em sua

formação continuada e propõem mudanças que, de seu ponto de vista, podem melhorar a proposta educacional em curso na escola.

A presente pesquisa tem como intenção responder a seguinte pergunta: Quais os desafios do Bloco Inicial de Alfabetização BIA para a gestão pedagógica de uma escola de Ensino Fundamental Anos Iniciais no DF? E teve como objetivo geral analisar os impactos provocados na gestão pedagógica da escola com a implementação do Bloco Inicial de alfabetização (BIA). E como objetivos específicos: investigar as possibilidades metodológicas ofertadas pelo BIA; caracterizar os desafios da gestão pedagógica de uma escola que oferta os anos iniciais do ensino fundamental e analisar os impactos provocados na gestão pedagógica da escola com a Implementação do BIA.

1. CONCEPÇÕES POLÍTICAS SOBRE A EDUCAÇÃO NO BRASIL

Os movimentos sociais, antropológicos e filosóficos que aconteceram em diferentes momentos da história determinaram o papel do Estado quanto às suas responsabilidades na construção de Políticas Públicas Sociais voltadas para a educação.

A abordagem neoliberal formulada a partir do século XVII tem em sua concepção a visão de “menos estado e mais mercado” defendendo as liberdades individuais e condenando a intervenção do Estado. Ressalta as virtudes reguladoras do mercado, ao dizer que o respeito e a proteção do indivíduo, dos interesses e das relações se estabelecem e se equilibram naturalmente na sociedade tendo o mercado como agente regulador de riqueza e da renda, acreditam que as várias formas de proteção destinadas aos excluídos e pobres disseminam a iniciativa e competitividade, levando-os a uma situação de acomodação e dependência de programas governamentais.

No entanto, quando se trata de Política Educacional os neoliberais são mais flexíveis, segundo Azevedo

a abordagem neoliberal não questiona a responsabilidade do governo em garantir o acesso de todos ao nível básico de ensino. Apregoa, contudo, a necessidade de outro tratamento para o sistema educacional. Postula-se que os poderes públicos devem transferir ou dividir suas responsabilidades administrativas com o setor privado, um meio de estimular a competição e o aquecimento do mercado, mantendo-se o padrão de qualidade na oferta de serviços. As famílias teriam, assim, a chance de exercitar o direito de livre escolha do tipo de educação desejada para os seus filhos. Ao mesmo tempo, minar-se-ia o monopólio estatal existente na área, diminuindo-se o corpo burocrático, a máquina administrativa e, conseqüentemente os gastos públicos, (Friedman 1984, apud Azevedo, p.15, 2005).

Ao dividir as responsabilidades com a iniciativa privada o Estado teria redução da máquina governamental e diminuiria os gastos sociais e orçamentários dando ao Estado mais autonomia.

Em relação aos outros níveis de ensino esta abordagem defensora do “estado mínimo” compreende que o Estado não tem obrigação de ofertá-las

[...] qualquer tipo de educação que se volte para o treinamento vocacional não deve, pois, ser subsidiada pelos fundos públicos, dado que um melhor preparo profissional vai se refletir, no futuro, em melhores salários. Em se tratando de um meio de valorização do capital humano, o ensino profissionalizante deve ser, portanto, totalmente privatizado, (Azevedo p.16, 2001).

Os neoliberais propõem a oferta de empréstimos públicos a pessoas com poucos recursos, mas consideradas talentosas, entendem que elas poderão pagar a dívida adquirida com o empréstimo quando começarem a colher os resultados do investimento, através do trabalho. Com essas ações o Estado transferiria parte da responsabilidade ao setor privado, aumentaria a eficiência administrativa e reduziria os custos, seriam ações do estado, porém descentralizadas, em parceria com a sociedade e cada um se situaria de acordo com os próprios méritos e posição ocupada na estrutura social.

A educação e o ensino sempre estiveram atrelados a outras questões, principalmente às de ordem econômica ou política. No Brasil, a política educacional mantém sempre ligação estreita com a concepção do governo do momento, o que tem causado grande prejuízo à escola pública, uma vez que a cada mudança de governo ocorre também a mudança de políticas voltadas para o setor.

A teoria liberal moderna da cidadania considera como direito individual o direito à vida, à liberdade e à propriedade privada, delega ao Estado a função de arbitrar conflitos que possam surgir entre os proprietários e trabalhadores estabelecendo como as relações entre as partes devem acontecer. Nesta teoria o bem estar é um dos pré-requisitos necessários ao exercício da liberdade e da individualidade

ao propor orientar as políticas relativas à reprodução econômica e social pelo objetivo de assegurar o maior bem estar para o maior número possível de indivíduos, esta abordagem abriu espaço para legitimar o aprofundamento da ação estatal na economia e em outras instâncias privadas, (Azevedo, 2001, p.19).

A teoria liberal originou-se a partir da luta por melhores condições do trabalho, manutenção do emprego e dos conflitos entre capital e emprego. Nela, incluem-se as raízes da teoria com as contribuições de Durkheim, a corrente pluralista e a abordagem social democrática. Azevedo (2001) coloca que Durkheim assim como

seus seguidores atribuem um novo significado a solidariedade social, tendo a cooperação como inserção e integração no mundo do trabalho, não sendo este possível de se estabelecer espontaneamente, sugere também o estabelecimento de uma regulação jurídica, garantindo aos indivíduos as mesmas chances de fazer escolhas entre as tarefas especializadas e funcionais requeridas pela divisão de trabalho “a igualdade de chances”, dando ao indivíduo condições de competir por emprego, educação, moradia, difundindo a ideia de igualdade de oportunidade, sem no entanto considerar a desigualdade de condições.

A abordagem pluralista tem como foco a participação, já que todos os indivíduos têm oportunidades iguais de participar do processo político, destaca

a educação como um dos mais poderosos meios de transformação das mentalidades tradicionais, em direção à racionalidade. A escola, enquanto uma das principais agências socializadoras tem por função inculcar nos indivíduos normas, valores e atitudes que possibilitem a formação de agentes sociais e políticos, dentro dos marcos racionais requeridos pela modernidade, (Almond e Verba, 1963, apud Azevedo p.28, 2001).

Consideram, portanto que a educação pode atenuar as desigualdades sociais. Segundo Azevedo a abordagem social democrata focaliza os sistemas de proteção social como totalidade e buscam apreender os seus limites e possibilidades pela análise de suas condições de permanência e ajustamento, tendo em vista a conquista de um melhor padrão de justiça nos marcos das sociedades capitalistas (p.20, 2001).

Ao se levar em conta as diferentes abordagens problematizadas, ficam claras, as existências de conflitos de interesses na definição de Políticas Públicas Educacionais para uma sociedade. Os arranjos feitos ultrapassam os desejos da sociedade, estabelecendo contornos próprios e virando políticas paliativas, o que pouco contribui para alterar as relações estabelecidas por meio das desigualdades sociais, do desemprego, da falta de qualificação ou de oportunidade, além de colocar nas mãos da sociedade a responsabilidade que é do Estado. De acordo com Libâneo

as categorias centralização/descentralização estão vinculadas à questão do exercício do poder político, mesmo porque, desde o final do século XX, a descentralização vem atrelada aos interesses neoliberais de diminuir gastos sociais do Estado. Isso ficou evidente

após promulgação da Lei 9.394/96- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- que centraliza no âmbito federal as decisões sobre currículo e sobre avaliação e repassa à sociedade responsabilidades estatais, por exemplo o trabalho voluntário na escola, (p. 142,2007).

No Brasil, assim como em outros países, com frequência são criadas políticas públicas cuja finalidade é atender as necessidades do momento, seja na área de saúde, segurança ou educação. Elas são implementadas com o intuito de colocar em movimento ações e projetos com finalidade definida. A educação como política pública social, sofreu ao longo dos anos interferência do estado como agente regulador de interesses para atender suas diferentes demandas e programas de governo.

A ampliação do número de vagas nas escolas durante o regime militar aconteceu de maneira desorganizada e não veio acompanhada dos investimentos necessários aumentando a reprovação e causando desvalorização do ensino público, Libanêo coloca que

a ampliação das vagas deu-se pela redução da jornada escolar, pelo aumento do número de turnos, pela multiplicação de classes multisseriadas e unidocentes, pelo achatamento dos salários dos professores e pela absorção de professores leigos, (p.144, 2007).

É necessário que se crie políticas educacionais que realmente atendam as necessidades de uma sociedade desigual e excludente, tornando-a mais igual e justa, oferecendo a todas as classes igualdade de oportunidade para que possam através da educação e conseqüentemente do trabalho ocupar um lugar digno na sociedade não dependente de políticas sociais que apenas remediam as necessidades básicas da população.

As mudanças na sociedade ocorrem em velocidade cada vez maior e pedem mudanças mais ágeis e precisas por parte das pessoas, por isso precisam de uma escola que prime pela formação global do homem e proporcione a igualdade de oportunidade, onde o sujeito é visto como pessoa “afinal, a educação escolar é uma dimensão fundante da cidadania e tal princípio é indispensável para a participação de todos nos espaços sociais e políticos e para a (re) inserção qualificada no mundo profissional do trabalho”, Cury (2006).

1.1. Os Ciclos de Aprendizagem e de Alfabetização na História da Educação no Brasil

A atual Constituição Federal Brasileira no artigo nº205 assegura a educação escolar como direito de todos e dever da família e do Estado. Desde então, com o processo de abertura e de redemocratização, tem-se criado políticas públicas, que visam assegurar esse direito como à publicação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº9.394/96, que rege até hoje a educação no Brasil e o Plano Nacional de Educação – PNE em 2001, porém essas ações por si só não asseguram o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos na escola.

A efetivação real do direito à educação sistemática vem ocorrendo gradualmente, passando por longos períodos de abandono e desvalorização da educação básica

a declaração e a efetivação desse direito tornam-se imprescindíveis no caso de países, como o Brasil, com forte tradição elitista e que, tradicionalmente, reservaram apenas às camadas privilegiadas o acesso a este bem social. As precárias condições de existência social, os preconceitos, a discriminação racial e a opção por outras prioridades fazem com que tenhamos uma herança pesada de séculos a ser superada, Cury (2006).

As intervenções do Estado fizeram-se necessárias em um país tão grande e desigual como o nosso, para assegurar uma educação de qualidade que leva em conta a formação integral do indivíduo tornando-o capaz de atuar na sociedade e de ajudar na sua transformação, dando a ele igualdade de oportunidade, que Cury considera como

essa igualdade pretende que todos os membros da sociedade tenham iguais condições de acesso aos bens trazidos pelo conhecimento, de tal maneira que possam participar em termos de escolha ou mesmo de concorrência no que uma sociedade considera como significativo e onde tais membros possam ser bem sucedidos e reconhecidos como iguais (2006).

Aos poucos, o Estado vem percebendo que não basta apenas criar políticas educacionais, é preciso reduzir o insucesso na educação, criando investimentos em qualificação profissional e incentivando a pesquisa.

Com a aprovação da Constituição Federal em 1988 que no artigo 206 versa sobre a gestão democrática o meio educacional passou a discutir com maior

intensidade a descentralização da tomada de decisões nas escolas, lutando por uma escola mais autônoma e que atende as reais necessidades da comunidade na qual está inserida, e não esteja mais apenas a serviço da classe dominante.

Embora a luta por uma educação de qualidade seja antiga, as mudanças vem ocorrendo lentamente, e somente em 2001 foi elaborado o Plano Nacional de Educação – PNE que resguarda os princípios constitucionais, entre eles, a Gestão Democrática, levando em conta o contexto e a organização política da sociedade considerando as diferenças socioeconômicas e políticas regionais

o PNE trata dos diferentes níveis e modalidades da educação escolar, bem como da gestão, do financiamento e dos profissionais da educação. Esse plano, aprovado em 2001 pela (Lei nº. 10.172/2001), traz diagnósticos, diretrizes e metas que devem ser discutidos, examinados e avaliados, tendo em vista a democratização da educação em nosso país, (PNE- 2001).

A valorização do trabalho coletivo aos poucos vem sendo difundida e faz com que a tomada de decisões vá se transformando em responsabilidade de todos os segmentos (professores, pais, coordenadores, direção, servidores...) essas mudanças fazem com que todos saiam ganhando ao valorizar a instituição como um todo que tem um único interesse – uma educação eficiente e de qualidade.

Muitos ainda confundem Gestão Democrática com eleição direta para diretores nas escolas. É importante que se entenda que Gestão Democrática é bem mais que isso, como coloca (BORDIGNON; GRACINDO, 2004, p.147, apud Dourado)

analisar a gestão da educação, seja ela desenvolvida na escola ou no sistema municipal de ensino, implica em refletir sobre as políticas de educação. Isto porque há uma ligação muito forte entre elas, pois a gestão transforma metas e objetivos educacionais em ações, dando concretude às direções traçadas pelas políticas, (2001).

A relação, portanto, deve ser pautada na parceria, na participação efetiva dos diversos segmentos da comunidade escolar, e deve garantir uma administração de recursos responsável e eficaz, coerente com as necessidades da unidade de ensino. Outro grande desafio é a construção de um Projeto Político Pedagógico que seja uma real radiografia da escola, construído por todos os pares. Essa não é uma tarefa fácil, para que aconteça, é necessário que os gestores estimulem o trabalho

conjunto e valorizem os demais setores, fazendo com que eles sintam-se realmente parte do processo segundo Dourado

a ideia básica é a da gestão como um processo de idas e vindas, construído por meio da articulação entre os diferentes atores, que vão tecendo a feição que esse processo vai assumindo. A gestão democrática é a expressão de um aprendizado de participação pautado pelo dissenso, pela convivência e pelo respeito às diferenças, em prol do estabelecimento de espaços de discussão e deliberação coletiva, (2001).

Nesse processo, o coordenador pedagógico tem uma grande importância, pois sua função se articula com os demais setores da vida escolar “a função do coordenador pode significar mais um elo de reforço da hierarquia” Matte (2003) cabe, portanto a toda comunidade escolar e ao governo a responsabilidade pela construção de uma escola justa e democrática.

Ao longo dos anos os maiores problemas enfrentados pela escola foram os altos índices de evasão e repetência provocados pela escola seriada cuja promoção é baseada no desempenho dos alunos..

Surgiram então questionamentos a cerca da escola graduada considerada excludente e classificatória, o seu propósito passou a ser questionado. Os problemas apresentados abriram caminhos para a ideia de flexibilização do tempo de aprendizagem como forma de superação do fracasso escolar. Daí, um novo modo de pensar os processos de reestruturação do sistema educacional apareceu sob forma da escola em ciclo. Segundo Mainardes

o termo “ciclos” vem sendo utilizado no Brasil e em outros países para designar uma forma de organização da escolaridade que pretende superar o modelo da escola graduada, organizada em séries anuais e que classifica os estudantes durante todo processo de escolarização, (2009, p. 1).

As concepções que orientam a proposta da escola em ciclos são justificadas pela necessidade de ver o aluno como sujeito que transforma informação em conhecimento em uma escola que reconhece e respeita o pluralismo cultural e social, que adota um currículo flexível

Ao acolher essa diversidade, a escola e os educadores são desafiados a identificar as possibilidades pedagógicas e políticas

para garantir aos alunos a permanência na escola, o desenvolvimento pleno de suas capacidades, a apropriação do conhecimento escolar e o alargamento progressivo das perspectivas temporais (ou seja, traçar planos amplos para o futuro), (George Snyders 1977 apud Mainardes, 2009).

Em 2013 o Ministério da Educação (MEC) lançou o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC cujo objetivo principal é envolver os Estados e municípios em um pacto com o intuito de alfabetizar todas as crianças até os 8 anos de idade ao fim do 3º ano do Ensino Fundamental e assim atender a Meta 5 instituída pelo Plano Nacional de Educação-PNE e a Meta 2 do movimento Todos Pela Educação.

As ações desenvolvidas pelo PNAIC estão divididas em quatro frentes: Formação dos professores alfabetizadores, Fornecimento de materiais didáticos, Avaliação, Gestão e mobilização.

O lançamento do PNAIC mostra que já existe uma preocupação quanto à reformulação dessa etapa de ensino ao reconhecer a importância da Formação Continuada, da Avaliação com fim diagnóstico, a necessidade do Fornecimento de Material adequado à proposta didática e o comprometimento da Gestão e da mobilização, itens essenciais no estabelecimento de uma linha de trabalho. De acordo com o MEC a idade foi estipulada tendo como base o fim do Ciclo de Alfabetização que dura os três primeiros anos do Ensino Fundamental.

As políticas educacionais por si só não provocam mudanças na sociedade, para que elas tenham êxito é preciso dar à escola o suporte necessário com capacitação dos profissionais envolvidos no processo educativo para que estes tenham domínio e conhecimento acerca do que se pretende alcançar, uma infraestrutura adequada é de extrema importância, assim como uma equipe gestora comprometida com a comunidade e que saiba envolver e estimular os profissionais na busca de uma escola de qualidade.

1.2. Implantação do Bloco Inicial de Alfabetização BIA - no Distrito Federal

Hoje temos um conjunto de ações que vem alterando aos poucos a realidade educacional e dando um novo rumo à educação, entre as quais pode-se destacar o incentivo à Formação Continuada, os Parâmetros Curriculares Nacionais- PCN's, a

obrigatoriedade do Senso Escolar, a Prova Brasil, a Provinha Brasil, o Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE, o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, o Fundo de Fortalecimento da Escola – FUNDESCOLA, o Pro uni, o fortalecimento dos Conselhos Escolares entre outros.

Os reflexos dessas ações aos poucos vêm mudando a qualidade do ensino no Brasil. Aqui no Distrito Federal, muitas têm sido as ações empreendidas nesse sentido, destacando as capacitações dos profissionais da educação, com cursos ofertados, tanto pela Secretaria de Estado de Educação – SEEDF, como em parceria com o Ministério da Educação – MEC, a reestruturação do currículo, o lançamento do Projeto Político Pedagógico - Professor Carlos Mota, a implantação do Bloco Inicial de Alfabetização-BIA e recentemente a aprovação da Gestão Democrática Lei 4.751/2012 que prevê a participação de toda comunidade escolar nas decisões da escola.

É fato que a cada mudança de governo, seja local, estadual ou federal faz-se alteração na estrutura escolar, mas essas mudanças não devem ser utilizadas como empecilho para se deixar de fazer o que é necessário. Uma escola com um Regimento Interno bem definido e uma Proposta Pedagógica estruturada elaborada com o coletivo, consegue passar por esses percalços com sucesso, é claro que encontrará maior dificuldade, mas estas serão superadas com o empenho de todos.

As ações implementadas têm possibilitado uma escola mais democrática, tanto do ponto de vista pedagógico como do financeiro, aqui no DF e em particular no Ensino Fundamental a complementação de 5h/aula e 3h diárias destinadas à coordenação, sendo que um dia determinado para coordenação coletiva tem proporcionado maior entrosamento do grupo.

No mundo atual as mudanças têm chegado cada vez mais rápidas e nos impõe desafios com as quais na maioria das vezes não sabemos como lidar. As mudanças acontecem nos diferentes campos de conhecimentos na sociedade, na família, nas diversas culturas e também nas escolas.

A escola tem o poder de transformar e reproduzir a sociedade e a cultura, devendo redimensionar sua prática, aprendendo a lidar com as expectativas da comunidade escolar, ser uma escola voltada para formação mais ampla do aluno, oferecendo desde cedo meios para que ele saiba agir com autonomia, construindo seu conhecimento e aprendendo a interpretar os diversos tipos de textos.

É preciso levar em consideração que a criança quando entra na escola já é portadora da linguagem oral, ela precisa ser inserida em situações de leitura para através da oralidade, num primeiro momento, compartilhar ideias e pontos de vista, aprendendo a fazer previsões sobre o texto, dando-lhe um significado. As atividades lúdicas são indispensáveis nesse processo para que o aluno faça uma reflexão sobre a língua e suas unidades (palavras, sílabas, letras e som).

Um dos grandes desafios do educador, hoje, é a responsabilidade de alfabetizar letrando, de desenvolver no aluno capacidades linguísticas ao longo do seu processo de escolarização e das necessidades da vida social. O aluno precisa entender como se dá esse processo, para que tenha êxito na sua vida escolar e não se transforme apenas em um decodificador de sinais gráficos ou passe por sucessivas reprovações. A SEEDF implantou o BIA para enfrentar este problema, uma vez que

a elaboração de um plano de educação pressupõe alguns motivos que o exijam. Isso significa que deve ser constatada a existência de determinado problema para, então, buscar solução pra ele, formular uma política e um plano de implementação. Ocorre que um problema nacional, como problema governamental, só existe com uma percepção coletiva. Não basta, assim, somente algumas pessoas terem consciência do problema; é preciso que existam pressões sociais coletivas para que determinado aspecto da realidade seja considerado problema. “Somente quando essa consciência se generaliza e se difunde amplamente na sociedade é que se pode falar de um problema em termos nacionais e de governo”. (Azanha p. 70, 1998; apud Libâneo, p.153, 2007).

Pensando nessa perspectiva, a SEEDF através da promulgação da lei nº3.483, de 25 de novembro de 2004, estabeleceu a implantação do ensino fundamental de 9 anos na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, antecipando-se ao prazo estabelecido para o restante do país.

A ampliação do ensino fundamental de 08 para 09 anos foi implantada primeiramente nas escolas vinculadas à Coordenação Regional de Ceilândia em 2005. Nas demais cidades, essa ampliação aconteceu de maneira gradativa até o ano de 2008. Em 2009 o ensino fundamental de 09 anos era uma realidade nas 14 Coordenações Regionais de Ensino: Brazlândia, Ceilândia, Guará, Gama, Santa Maria, Taguatinga, Cruzeiro, Plano Piloto, Núcleo Bandeirante, São Sebastião, Samambaia, Sobradinho, Paranoá.

Para reestruturar o ensino fundamental de 09 anos a SEEDF criou o Bloco Inicial de Alfabetização – BIA em 2006, aprovado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, por meio do parecer nº212/2006 e da portaria nº4. A elaboração da Proposta Pedagógica do Bloco Inicial de Alfabetização – BIA contou com a participação dos professores da própria SEEDF.

Esta proposta atende aos objetivos do “todos pela educação” do Ministério da Educação que define cinco metas específicas que devem ser alcançadas até 07 de setembro de 2022. Atende também a Lei Federal nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, que no artigo nº5, reorganiza o tempo e o espaço escolar. Também reafirma um dos objetivos do Plano Nacional de Educação de 2001 que prevê a redução das desigualdades regionais e sociais, no que se refere ao acesso e à permanência com sucesso do aluno na escola pública.

a configuração do bloco, conforme especifica o BIA tem como pressuposto básico a reorganização do espaço e do tempo escolar em função da prática pedagógica, sem recortar e separar – o que empobrece a aprendizagem, – e busca imprimir uma visão de flexibilidade e de articulação, como tentativa de atingir, de alcançar a complexidade das dimensões do processo de alfabetização. (Santana, p.11, 2009).

Em 2012, o BIA passou por mais uma reestruturação com a apresentação das Diretrizes Pedagógicas do Bloco Inicial de Alfabetização, seu lançamento deu-se após a formação de grupos de estudo formado por professores da própria SEEDF em 2011 para uma ampla análise do BIA.

A atual Diretriz tem como princípios do trabalho pedagógico: a formação continuada, o reagrupamento, o projeto interventivo, a avaliação formativa e o ensino da Língua. Traz também os eixos integradores do trabalho pedagógico, que são: Alfabetização, Letramento e Ludicidade e uma proposta de educação em ciclos para os três primeiros anos do ensino fundamental.

As Diretrizes Pedagógicas do BIA (2012) coloca que o trabalho pedagógico no bloco deve estar baseado em *cinco princípios fundamentais* para que o aluno se aproprie de situações didáticas primordiais para o processo de alfabetização. São eles:

a) *Princípio da Formação Continuada*: a formação continuada possibilita ao professor a construção da autonomia pessoal e pedagógica, com uma prática docente reflexiva e criativa que instrumentaliza o professor a atender as diversas necessidades educacionais de seus alunos, respeitando seus tempos cognitivos, entendendo-os como seres únicos e construtores de seus conhecimentos. Segundo as Diretrizes do BIA: “O alfabetizador deve perceber-se como co-construtor do sucesso do Bloco, disponibilizando-se para reflexão de sua prática e para integração e ampliação do conhecimento produzido no espaço escolar e social”, (p. 53, 2012).

b) *Princípio do Reagrupamento*: trata-se de uma estratégia de trabalho coletivo em que cada professor é corresponsável pelo planejamento e sua execução, para que todos os alunos do Bloco sejam atendidos em suas necessidades educacionais, avancem em suas hipóteses, interajam com os outros e compartilhem seus saberes.

O BIA estabelece duas modalidades de reagrupamento que embora diferenciadas se complementam.

c) *Reagrupamento Intraclasse*: após a avaliação diagnóstica, o professor deve elaborar o planejamento e os objetivos a serem atingidos, elaborando uma sequência didática de forma diversificada. As atividades propostas devem ser pensadas de forma que permita aos alunos concluí-las individualmente ou em grupos. As tarefas precisam ser estabelecidas de maneira diferenciada para que atendam os diversos tempos de aprendizagem dos estudantes.

d) *Reagrupamento Interclasse*: os professores estabelecem critérios intencionais para atingir os objetivos definidos no intercâmbio dos alunos das várias turmas. Durante a Coordenação Coletiva devem estabelecer estratégias pedagógicas levando em consideração as potencialidades de cada professor de forma que todos apresentem propostas de intervenção e compartilhem experiências e recursos didáticos. Os professores são responsáveis coletivamente pelo sucesso ou dificuldades apresentadas pelos alunos do Bloco.

e) *Projeto Interventivo*: tem como objetivo sanar necessidades específicas de um grupo de estudantes “é uma proposta de intervenção complementar, de inclusão pedagógica e de atendimento individualizado”, (Diretrizes Pedagógicas do BIA - 2012, p. 65). Sua elaboração deve seguir a metodologia própria dos projetos acadêmicos.

f) *Princípio da Avaliação Formativa*: de acordo com as Diretrizes Pedagógicas do BIA (apud Esteban, 2005),

[...] a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem dos alunos e a busca de um ambiente favorável à aprendizagem de qualidade indicam a necessidade de uma avaliação com caráter formativo, constituída de uma prática investigativa, com o intuito de compreender o movimento das aprendizagens em sua complexidade.

Portanto o acompanhamento sistemático do trabalho escolar necessita que gestores, coordenadores, supervisores e professores estejam atentos aos registros dessa avaliação para que possam visualizar a realidade, as necessidades e os desafios na unidade escolar.

g) *Princípio do Ensino da Língua*

[...] a ação pedagógica deve contemplar, simultaneamente, a alfabetização e o letramento nos seus mais diversos campos de conhecimentos e assegurar ao estudante, a apropriação do sistema alfabético de escrita que envolve, especificamente, a dimensão linguística do código com seus aspectos fonéticos, fonológicos, morfológicos e sintéticos, à medida que ele se apropria do uso da língua nas práticas sociais de leitura e escrita, (2012, p. 30).

Segundo as Diretrizes Pedagógicas do BIA (2012, p.84) a proposta de alfabetização deve ser fundamentada na *Prática Pedagógica e na Perspectiva Histórica* concebida pela professora Lígia Regina Klein que defende uma metodologia fundamentada nas Quatro Práticas de Alfabetização:

- a) Leitura e Interpretação
- b) Produção de texto
- c) Análise linguística
- d) Sistematização para o domínio do código.

Ao propor a organização escolar em ciclos de aprendizagens, o BIA leva em consideração que cada criança tem o seu ritmo, que deve ser considerado ao se trabalhar o currículo ao longo dos três anos de alfabetização, evitando com isso o insucesso do aluno com a repetência ou a evasão escolar, dando ao aluno a oportunidade de um processo contínuo de aprendizagem, de acordo com Libâneo

qualidade social da educação significa não apenas diminuição da evasão e da repetência, como entendem os neoliberais, mas refere-

se à condição de exercício da cidadania que a escola deve promover. Ser cidadão significa ser partícipe da vida social e política do país, e a escola constitui espaço privilegiado para esse aprendizado, e não apenas para ensinar a ler, escrever e a contar, habilidades importantes, mas insuficientes para a promoção da cidadania, (p. 145, 2007).

O baixo poder aquisitivo, o desemprego, a falta de uma estrutura familiar adequada faz com que os alunos da rede pública precisem de algo a mais por parte da escola, uma vez que em casa dificilmente têm quem os acompanhe nas suas atividades diárias. A estrutura pedagógica do BIA procura oferecer ao aluno em sua proposta esse algo a mais, ao levar em consideração que cada criança tem o seu ritmo e suas necessidades.

2. METODOLOGIA

Este trabalho busca responder a problematização – ***Quais os desafios do Bloco Inicial de Alfabetização BIA para a gestão pedagógica de uma escola de Ensino Fundamental Anos Iniciais no DF?*** – para tanto foi feita uma pesquisa de natureza qualitativa e descritiva. Marconi e Lakatos (2005) caracterizam a pesquisa qualitativa da seguinte forma:

[...] como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados [...],

- a) aquelas que substituem uma simples informação estatística referente a épocas passadas,
- b) as que são usadas para captar dados psicológicos como atitudes, motivações, pressupostos etc.
- c) aquelas que são usadas como indicadores do funcionamento das estruturas e organizações complexas, (Marconi e Lakatos, p.271, 2005).

Segundo Vergara a pesquisa descritiva

[...] expõe características de determinada população ou determinado fenômeno. [...] Não tem compromisso de explicar o fenômeno que descreve, embora sirva de base para tal explicação. Pesquisa de opinião se insere nessa classificação, (Vergara, p. 46, 2004).

A pesquisa buscou averiguar de maneira mais aprofundada a opinião das pessoas envolvidas no processo educacional, para assim interpretar a relação entre a implementação do BIA quanto Política Educacional e a gestão pedagógica no espaço escolar. É bibliográfica por utilizar documentação como base de conhecimento apoiando-se em autores renomados que publicaram trabalhos sobre o tema.

2.1. Local de Estudo e Caracterização da Pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida em uma escola que atende crianças da Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais, localizada em Santa Maria – Distrito Federal, cidade que passou a existir oficialmente no mapa do Distrito Federal no dia 10 de fevereiro de 1993, com a publicação do decreto de nº 14.604. A escola foi inaugurada no dia 12/03/1993 é mantida pelo Governo do Distrito Federal, administrada pela Secretaria de Estado de Educação e subsidiada pela Coordenação Regional de Ensino de Santa Maria (CRE).

Os alunos atendidos pela escola na sua maioria são crianças nascidas e criadas na comunidade, os demais são provenientes de cidades goianas vizinhas ou de alguns estados da Região Nordeste e apresentam padrões de renda bastante variados.

A escola foi projetada para atender a 800 alunos em horário integral, mas devido à demanda seu funcionamento passou a ser nos dois turnos (matutino/vespertino), o que possibilitou atender o dobro de alunos. Desde a sua inauguração, as matrículas oscilam entre 1300 e 2000 alunos, o que impossibilita o seu projeto inicial. A escola desenvolve projetos interdisciplinares, propõe ações visando o respeito à diversidade e ao combate às discriminações raciais, econômicas, sociais e religiosas.

De acordo com sua Proposta Pedagógica é uma escola que visa a qualidade, é democrática, participativa, um espaço para socialização e desenvolvimento do educando, observando o Regimento Interno da Secretaria de Educação e o da escola, preparando-o para o exercício de direitos e o cumprimento de deveres, sinônimos da cidadania.

O Bloco Inicial de Alfabetização - BIA foi implantado na escola em 2008, como determinação da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal visando a melhoria na educação.

2.2. Participantes da Pesquisa

Os participantes da pesquisa foram **professores (P), coordenadores pedagógicos locais (CPL), gestor escolar (GE), coordenador intermediário do CRA (Centro de Referência em alfabetização) (CIC)**, que concordaram em responder os questionários anonimamente e em sanarem dúvidas existentes.

Os profissionais arrolados na pesquisa foram escolhidos por estarem diretamente ligados ao processo educativo e atuar no BIA (Bloco Inicial de Alfabetização).

2.3. Instrumentos Utilizados

As informações que constam nesta pesquisa foram coletadas por meio da leitura do Projeto Político Pedagógico - PPP e de consulta ao banco de dados do Sistema de Gestão Escolar-SGE da secretaria da escola para melhor contextualizá-la, e nos questionários em anexo. O questionário aplicado teve como objetivo abordar os conhecimentos dos professores a cerca do BIA – Bloco Inicial de Alfabetização seu histórico e organização escolar, sua experiência como professor atuante no Bloco, as dificuldades e o sucesso encontrados nesse processo.

2.4 Procedimentos da coleta de informações

A fase inicial de construção da pesquisa foi conhecer o PPP da escola pesquisada. Este está de acordo com a determinação legal - no caso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996. A sua elaboração contempla os seguintes tópicos: Missão – ofertar a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, Histórico, Objetivos educacionais – metas para o ano letivo, Fundamentos norteadores, Organização curricular, na Clientela, Dados sobre a aprendizagem, Avaliação, Organização pedagógica e administrativa, dois Projetos principais – **Leitor Criador** que surgiu da necessidade de oferecer ao aluno uma formação que atenda às exigências do mundo moderno, onde o sujeito tem de lidar com diferentes áreas de atividades, ele tem como objetivo geral oferecer, desde a Educação Infantil até o 5º ano do Ensino Fundamental, o contato com diferentes gêneros textuais, levando os alunos a compreender os textos orais e escritos com os quais se defrontam em diferentes situações, interpretando-os corretamente e inferindo as intenções de quem os produz.

O outro Projeto é **E o Povo Brasileiro se Formou** que surgiu da importância de se reconhecer a multiculturalidade da formação do povo brasileiro e da necessidade de respeitar o direito que cada um tem de construir sua identidade, sua história, seu destino. O Projeto visa promover a reflexão de toda a comunidade escolar acerca dessa identidade nacional, levando-a a conhecer a trajetória do negro, do índio e do europeu em nosso país, bem como suas influências em nossa cultura.

O estudo do PPP foi realizado na própria escola e o motivo foi apresentado ao grupo de professores pela diretora, durante a Coordenação Pedagógica coletiva.

A direção da escola tomou conhecimento oficialmente dos objetivos da pesquisa por meio do Termo de Ciência da Instituição fornecido pela Universidade de Brasília (UnB), entregue pessoalmente à diretora.

Inicialmente foram entregues 15 questionários a professores atuantes no BIA - Bloco Inicial de Alfabetização, destes apenas 09 foram devolvidos, 02 questionários foram entregues à equipe Gestora sendo que apenas 01 foi respondido. À equipe do CRA - Centro de Referência em Alfabetização de Santa Maria foram entregues 04 questionários e apenas 01 foi devolvido.

.

2.5. Procedimentos Éticos da Pesquisa

Em relação aos procedimentos éticos da pesquisa, foram adotadas as seguintes precauções:

- a) Entrega do Termo de Ciência da Instituição, fornecido pela UnB, à diretora da escola escolhida como objeto de pesquisa, (anexo-2).
- b) Recolhimento do Termo de Consentimento Livre e esclarecido com respectiva autorização da direção da escola para a pesquisa na Instituição, (anexo-3).

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1. Análise dos Dados

No início deste trabalho foram estabelecidos os objetivos específicos: Investigar as possibilidades metodológicas ofertadas pelo BIA; Caracterizar os desafios da gestão pedagógica de uma escola que oferta os anos iniciais do ensino fundamental e Analisar os impactos provocados na gestão pedagógica da escola com a Implementação do BIA.

O questionário proposto às educadoras trazia questões que buscavam esclarecimentos relacionados aos objetivos específicos, e assim tentar atingir o objetivo geral.

3.1.1. Conhecimento acerca das Diretrizes do BIA

A primeira questão indaga se o professor conhece as Diretrizes Pedagógicas do BIA e como tomou conhecimento dessas Diretrizes.

Os profissionais foram unânimes em afirmar que conhecem as Diretrizes Pedagógicas do BIA. Segundo a educadora **P4** esse conhecimento deu-se:

através de reuniões pedagógicas realizadas na escola no horário destinado à coordenação coletiva e nos cursos oferecidos pela Secretaria de educação, (**P4**, 2013).

A Coordenação Coletiva é um espaço que propicia a troca de experiência acerca da realidade dos alunos de cada grupo, algo importante para a tomada de decisões em prol da construção de estratégias que visam o sucesso da aprendizagem de todos, é de responsabilidade de toda a equipe escolar o que a transforma também em um espaço de Formação Continuada que é um dos Princípios do BIA.

A diretora da escola X durante encontro realizado na escola no dia 06 de março de 2013 para análise do PPP informou, ter proporcionado aos professores durante as coordenações coletivas (quartas-feiras) ao longo do processo de implantação do BIA, as palestras e oficinas citadas abaixo: Oficina da Psicogênese, As quatro práticas de Alfabetização, BIA teoria e prática, Apresentação das

Diretrizes do BIA, Projeto Interventivo e Reagrupamentos, Letramento e Ludicidade, Apresentação do PPP Professor Carlos Mota, Ciclos de Aprendizagens, etc.

De acordo com informação colhida no PPP da escola X, além dos cursos, palestras e oficinas desenvolvidas pela EAPE, CRA, os professores analisam os resultados obtidos internamente e propõem as intervenções necessárias durante as coordenações coletivas e no Conselho de Classe realizado na escola.

Por valorizar o trabalho em equipe onde o sucesso ou insucesso é visto como responsabilidade de todos e no qual o aluno é considerado o centro da aprendizagem, essas ações estão incentivando o trabalho coletivo e a participação efetiva dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

3.1.2. Os desafios para implementação do BIA

A segunda pergunta tem como questionamento quais foram os desafios do Bloco Inicial de Alfabetização BIA para a gestão pedagógica de uma escola de Ensino Fundamental Anos Iniciais no DF.

A seguir algumas das respostas obtidas:

De acordo com a participante **P4**, os desafios encontrados pelos gestores na escola são

reorganizar o tempo/espço escolar, a fim de obter um processo de alfabetização de qualidade, bem como de reafirmar a redução das desigualdades sociais e regionais, garantindo o acesso e a permanência do aluno na escola. (**P4**, 2013)

O relato da professora **P4** está em consonância com a colocação de Libâneo, (2007, p.27) quando este coloca que a escola, deve visar “não apenas a diminuição da evasão e da repetência” mais deve ir muito além desse processo para obter sucesso na formação do aluno de maneira integral, para Libâneo a escola serve “não apenas para ensinar a ler, escrever e contar”, habilidades que ele considera importantes, mas que por si só não são suficientes para a promoção da cidadania.

A coordenadora **CPL2** colocou que “é preciso quebrar os paradigmas, entender o processo e adequá-lo à prática”. O gestor precisa estar atento a esse fato, pois a proposta escolar em ciclo requer uma mudança de postura por parte dos educadores, na qual ele passe a ver o aluno como sujeito da aprendizagem e

entenda que é preciso avaliar o aluno durante todo o processo, para a partir desse diagnóstico fazer as intervenções necessárias.

A educadora **P2** relatou a necessidade de atendimento diferenciado para as crianças que apresentaram dificuldade de aprendizagem e foram encaminhadas para avaliação da Equipe de Apoio a Aprendizagem, equipe que conta com apenas 02 pedagogas para atender a demanda da própria escola e de outras circunvizinhas e 02 psicólogas para atender toda CRE – Coordenação Regional de Ensino. Além da equipe mínima, há outros agravantes que emperram essa avaliação/atendimento que na maioria das vezes por não ter o processo concluído provoca a retenção¹.

Segundo a educadora **P2**

quando há interrupções nessa avaliação, a criança com dificuldade é reencaminhada no ano seguinte e já aconteceu do aluno ser encaminhado por três anos consecutivos, sem retorno por parte da família ou profissionais especializados. (**P2**, 2013).

Os participantes **CIC e CPL1** acreditam que o maior desafio do BIA é a equipe gestora organizar o trabalho coletivo e envolver os professores e esses abracem a proposta do BIA, por considerarem que sem a parceria a proposta não se concretiza.

A Diretriz do BIA preconiza que

o planejamento traz qualidade ao trabalho pedagógico a partir do momento que aponta, com clareza, aonde se quer chegar, levanta questionamentos e indica caminhos, (Diretrizes Pedagógicas – BIA, 2012, p.20).

O planejamento compartilhado desperta no professor o desejo de mudar posturas tradicionais. As várias experiências pessoais acrescentam ao grupo maior diversidade de ideias, troca de informações, auxiliando na resolução de problemas comuns. A própria dinâmica do BIA leva os professores ao planejamento coletivo de atividades e projetos, a corresponsabilidade para com todos os alunos do mesmo ano. A avaliação é diagnóstica processual e contínua e a reflexão das ações pedagógicas assumidas por cada regente é debatida na coordenação coletiva e no Conselho de Classe que acontece bimestralmente

¹ A retenção só acontece ao final do ciclo, no 3º ano do BIA.

o planejamento com pares, momento em que os professores atuantes no mesmo ano de escolarização do BIA se juntam para trocar experiências, enriquecer ideias e lançam olhares diferentes para a realidade da unidade escolar e dos estudantes. Esses momentos oportunizam o planejamento como ato coletivo, interativo, como a articulação e o envolvimento dos profissionais por um objetivo comum: a aprendizagem, (Diretrizes Pedagógicas – BIA, 2012, p.21).

Ao comparar as respostas obtidas, fica evidente uma mudança de postura por parte dos professores, estes, passaram a valorizar mais o trabalho em equipe, além de construir/legitimar uma organização de tempo/espaço.

3.1.3. Gestão pedagógica da escola e implantação do BIA

A terceira questão trata dos impactos provocados na gestão pedagógica da escola com a Implementação do BIA.

Os educadores, participantes da pesquisa, deram respostas variadas para essa questão. Para a educadora **P1**- O BIA provocou **uma desacomodação** entre os professores que, aos poucos foram entendendo e modificando suas práticas em sala.

mudamos a priori, nossas concepções sobre ensino/aprendizagem e maneira de avaliar. Tivemos que nos reorganizar e buscar mais conhecimentos, com estratégias definidas para cada ano, gerando um bom desenvolvimento do trabalho e fazendo a alfabetização ocorrer no tempo certo. (**P4**, 2013).

As professoras **P2**, **P3** e **P4** entendem que a adaptação e organização escolar em ciclos de aprendizagem enriqueceram o trabalho pedagógico e que a avaliação formativa deu oportunidade de continuidade no processo de alfabetização a aquelas crianças que por pouco tempo não venceram todos os objetivos propostos para o ano em curso.

Para **CPL1- GE** A postura da gestão mudou, pois o BIA requer uma atenção especial na **organização do trabalho**, uma vez que os alunos devem ser atendidos de acordo com suas particularidades.

Ficou claro que a gestão precisou refletir e acolher a Proposta do BIA, oferecendo aos professores a oportunidade de um novo olhar ressignificador, para

isso fez-se necessário doses de ousadia e criatividade, pois não é fácil influenciar outras consciências diante das tantas adversidades que existem no processo educacional.

Dourado (2001) compreende a gestão como a

[...] expressão de aprendizado de participação pautado pelo dissenso, pela vivência e pelo respeito às diferenças, em prol do estabelecimento de espaços e de discussão e deliberação coletiva.

A proposta escolar do BIA evidencia essa visão, traz a importância da organização e gerenciamento do trabalho pedagógico como foco para o bom desenvolvimento de um trabalho coletivo estruturado.

É necessário analisar com frequência as ações cotidianas, questionar o trabalho desenvolvido, delimitar as prioridades em conjunto com a equipe escolar e evitar que ações burocráticas dificultem ou interrompam a concretização do Projeto Político Pedagógico – PPP, que deve ser elaborado no início do ano letivo.

O PPP precisa levar em consideração que a organização escolar em ciclo exige uma nova concepção de ensino/aprendizagem. É preciso uma reorganização dos tempos e espaços, além de mudanças na prática pedagógica e na postura da equipe escolar, para que o trabalho acompanhe as mudanças sociais e atenda as novas exigências educacionais. Segundo as Diretrizes Pedagógicas do BIA

a organização espaço/tempo do fazer pedagógico é desafiadora e, muitas vezes, reveladora da forma como os professores, concebem e realizam o trabalho docente. Pensar nesse espaço de atuação pedagógica é pensar que a primeira presença se faz pelo corpo que ocupa um espaço e estabelece sentido. (Diretrizes Pedagógicas – BIA, 2012, p.17).

Portanto, é de fundamental importância que os gestores educacionais criem situações de interação entre os sujeitos educativos, planejando e articulando um trabalho conjunto de reflexão e avaliação coletiva, e reformulação da prática pedagógica.

3.1.4. Organização espaço e tempo escolar

A quarta questão trata da organização espaço e tempo escolar no BIA.

A professora **P1** acredita que

pensar em organização já é bom, e pensar e colocar em prática a organização do tempo e espaço no planejamento é com certeza promover melhorias nos resultados desejados. (**P1**, 2013).

Para **P1** e **P3** pensar na organização espaço e tempo escolar é oferecer diversidade, amplitude e maiores oportunidades ao estudante num contexto de aprendizagens significativas, proporcionando crescimento pessoal no desenvolvimento das atividades educativas, onde o trabalho é voltado para a aprendizagem de todos num processo contínuo, embasado no respeito e no direito de aprender de cada aluno.

Considerar que cada criança tem o seu ritmo é ter um olhar mais sensível e possibilitar que a criança encontre outra forma de construir sua aprendizagem numa perspectiva integral e emancipadora. De acordo com Santana (2009)

[...] se submetermos os diferentes ritmos dos alunos a um único tempo de aprendizagem, produziremos a diferenciação dos desempenhos dos alunos. Cada um caminhará a seu ritmo dentro de um mesmo tempo único, logo, uns dominam tudo e outros, menos. Caso se queira unificar desempenhos (nível elevado de domínio para todos) há que se diversificar o tempo da aprendizagem. Para tal é preciso permitir que cada um avance a seu ritmo usando todo o tempo que seja necessário. (Freitas 2004, apud Santana, p.37, 2009).

A progressão continuada² passa a ter um sentido positivo por garantir a sistematização da aprendizagem da escrita e da leitura ao longo de todo o processo de alfabetização.

Já **CIC** e **GE** entendem que o educador precisa respeitar os tempos de vida dos alunos, suas especificidades enquanto tempo cognitivo, sua formação cultural e humana, garantindo a todos os alunos o direito de aprender.

Para o BIA, o tempo cronológico rígido deve se transformar em

[...] tempo pedagógico circular, dinâmico, buscando a retomada dos aspectos importantes do processo de ensino aprendizagem [...] as pessoas têm tempos diferentes de aprendizagem e, conseqüentemente, aprendem de formas diferentes. [...] é

² Os estudantes no bloco têm *progressão* do 1º ano para o 2º ano, e deste para o 3º ano; uma garantia de respeito aos tempos de desenvolvimento do estudante nos primeiros anos escolares.

imprescindível que os professores organizem o trabalho e o tempo didático em função de cada uma delas [...]. (Diretrizes Pedagógicas do BIA, 2012).

As respostas dos educadores evidenciam que as concepções acerca da necessidade do aluno ter sequencia no processo de construção de sua aprendizagem com respeito ao tempo necessário para cada um nessa construção, vem se consolidando pouco a pouco.

Ficou claro que as dimensões tempo/espaço na estrutura do BIA ainda não estão bem esclarecidas para alguns dos profissionais participantes da pesquisa, pois **P5 e P6** ofereceram respostas vagas, “está distribuído de maneira adequada” e “considero apropriada”.

Outros parecem reduzir suas respostas ao espaço físico e ao tempo cronológico. Segundo as Diretrizes Pedagógicas do BIA o espaço deve ser entendido como “estrutura de oportunidades e contexto de aprendizagens significativas” e complementa: “É uma condição externa que favorecerá ou dificultará o processo de crescimento pessoal do estudante e do professor no desenvolvimento das atividades educativas.” (p. 12, 2012).

A falta de conhecimento mais aprofundado provoca fragilidades na maneira como o professor entende as dimensões tempo/espaço e prejudica o desenvolvimento do trabalho pedagógico que de acordo com a proposta do BIA deve estar direcionado às *necessidades de todos os alunos* com a *garantia de respeito ao processo contínuo de aprendizagem*.

3.1.5. Possibilidades metodológicas e prática pedagógica

A quinta questão indaga se as possibilidades metodológicas ofertadas pelo BIA contribuem para a prática pedagógica do educador.

Para as professoras **P1, P3 e P4** os eixos do ensino da língua com destaque para as quatro práticas de alfabetização do BIA (Leitura e Interpretação, Produção de texto, Análise linguística, Sistematização para o domínio do código) orientam e fazem com que busquem estratégias para trabalhar/promover as aprendizagens dos alunos.

Permite-nos a apropriação de situações didáticas fundamentais na alfabetização, viabilizando o processo de aprendizagem. Temos

suporte, estudamos e trabalhamos em equipe, não estamos sozinhos perdidos no tempo, (P4, 2013).

Segundo as Diretrizes Pedagógicas do BIA (2012, p.84) a proposta de alfabetização deve ser fundamentada na *Prática Pedagógica e na Perspectiva Histórica* concebida pela professora Lígia Regina Klein que defende uma metodologia fundamentada nas Quatro Práticas de Alfabetização:

- e) Leitura e Interpretação
- f) Produção de texto
- g) Análise linguística
- h) Sistematização para o domínio do código.

Para tanto é preciso um planejamento que garanta a qualidade das ações pedagógicas que ofereçam aprendizagens significativas, uma rotina que considere:

- a) as atividades permanentes
- b) a sequência didática
- c) os projetos trabalhados

As Diretrizes Pedagógicas do BIA é um documento bastante completo que esclarece passo a passo os eixos integradores do trabalho: Alfabetização, Letramento e Ludicidade.

Os professores **CPL1 e CIC** consideram que a metodologia diferenciada do BIA permite ao professor fazer um diagnóstico do seu aluno, para a partir daí planejar, acompanhar e avaliar sua prática ação/reflexão/ação, tornando-se um professor pesquisador.

Os professores entendem que as metas definidas e o trabalho em equipe facilitam o desenvolvimento de ações que tornam o trabalho dinâmico e rentável. Elas são o norte do processo, é a vivência da metodologia que garante a eficácia da proposta.

A ação pedagógica do BIA considera a alfabetização e o letramento como um processo no qual as palavras não aparecem descontextualizadas e sem sentido. Portanto o trabalho deve formar o aluno letrado, capaz de fazer-se entender e entender o mundo que o cerca. Alfabetizar de acordo com a proposta do BIA é considerar

os diversos letramentos devem ser apresentados de maneira dialógica entre os mesmos, evitando ações rígidas e compartimentadas como se encontram os atuais ensinamentos dos componentes curriculares. Nesse sentido, as práticas pedagógicas e avaliativas devem ser elaboradas com o olhar nas especificidades de cada área de conhecimento, mas com o objetivo de possibilitar conhecimentos em sua totalidade de forma interdisciplinar, transdisciplinar e multidisciplinar. (Diretrizes Pedagógicas do BIA, 2012 p.31).

3.1.6. Princípios pedagógicos

A sexta questão trata da importância dos princípios do trabalho pedagógico no BIA.

Para as educadoras **P3 e GE** o princípio da *Formação Continuada* é o mais importante por permitir ao professor uma postura reflexiva, para que possa assumir o compromisso com o processo ensino e aprendizagem, aprimorando suas práticas pedagógicas.

Já a professora **P5** colocou como princípio mais importante o *Reagrupamento interclasse e extraclasse* e dentro da Formação Continuada o Teste da Psicogênese.

Para a professora **CPL** a *Avaliação Formativa* é a mais importante, entende que é a partir dela que o trabalho pedagógico é orientado, considera também, que todos os outros princípios têm seu grau de importância.

Não há como desvincular um princípio pedagógico do outro. Eles estão intimamente interligados, um princípio leva ao outro e são interdependentes.

3.1.7. Alteração na taxa de aprovação/reprovação

A sétima questão pergunta se ocorreram alterações na taxa de aprovação/reprovação ao término do 5º ano com a implantação do BIA na escola estudada.

Para as professoras **P2, e P3** segundo a direção da Unidade de Ensino as alterações foram positivas. Acreditam que foi devido à sequência didática diferenciada que promoveu uma aprendizagem específica e definida, atendendo a necessidade de alfabetizar letrando.

De acordo com **P5, (2013)** “devido à melhora no aproveitamento dos trabalhos coletivos, os resultados também melhoraram”.

Já as educadoras **P6, CIC e GE** acreditam que a ampliação do tempo para alfabetizar efetivamente o aluno também tenha sido o diferencial, uma vez que as crianças passaram ter mais tempo para desenvolver suas habilidades, corrigindo e/ou diminuindo a distorção idade/série e somente ficam retidas aquelas crianças que na sua maioria apresentam algum problema na aprendizagem e que precisam de um atendimento diferenciado.

Segundo levantamento da SEEDF que constam nas Diretrizes Pedagógicas do BIA - 2012 a taxa de reprovação entre 2005 e 2011 diminuiu e no IDEB de 2009 a 2011 o DF superou as metas estabelecidas pelo MEC.

Dados das Diretrizes Pedagógicas do BIA 2012 mostram ainda, que no período de (2005 a 2010) o índice de retenção nas 1ª e 2ª séries era de 15%. Após a implantação do BIA (2005 a 2011) houve uma queda na retenção dos estudantes na fase inicial de escolarização do 1º ao 3º ano de 7,4%. Segundo as Diretrizes

[...] os resultados das avaliações externas e essa análise inicial apontam que a qualidade de ensino, com a organização escolar em ciclos de aprendizagem, por meio do BIA, tem sido maior e melhor e tem promovido mudanças significativas para alfabetizar letrando. (Diretrizes Pedagógicas do BIA, 2012, p.15).

Na escola X, o desenvolvimento do trabalho pedagógico é avaliado bimestralmente em reunião com todos os profissionais de educação, onde são analisados os resultados do teste da Psicogênese e o rendimento geral do aluno nas avaliações. Os dados de todas as turmas são computados e levados ao conhecimento do conjunto de educadores. A partir da análise desses dados, os sucessos e as dificuldades do trabalho coletivo ficam evidenciados e são elaboradas propostas interventivas para sanarem os problemas de ensino aprendizagem verificados. Os professores de um modo geral adotam posturas positivas e se propõem a tomar atitudes que visem atender as necessidades educacionais dos alunos. O debate é amplo, coletivo, com trocas de experiências e ajuda mútua entre os professores. Eles têm a percepção da melhoria na qualidade da educação em curso na I.E.

3.1.8 .Contribuições do coordenador pedagógico

A oitava questão fala das contribuições do trabalho do Coordenador Pedagógico para o processo ensino aprendizagem na escola.

Para as Professoras **P1, P2 e P3** as colaborações desse profissional são muitas, contribuem para o planejamento diário na elaboração das atividades e avaliações e proporcionam momentos de interação entre os professores assegurando um planejamento efetivo, participativo e eficaz. Contudo, para os sujeitos infelizmente esses profissionais não são valorizados pela SEEDF.

As professoras **CPL2 e P5** consideram contribuições do Coordenador Pedagógico os momentos de estudos, o auxílio no preparo das atividades que contemplam o Bloco, a organização e acompanhamento do reagrupamento interclasse. Cabendo a eles ainda, nortear, implementar e analisar ações e resultados que visam facilitar a árdua tarefa de alfabetizar.

Já **EG e CIC** julgam de grande importância as contribuições do Coordenador Pedagógico, consideram que ele é o elo entre professores, alunos e gestores. Entendem que ele exerce um papel preponderante na organização e no planejamento do trabalho coletivo dentro do espaço escolar e que faz parte da sua atribuição apropriar-se do conhecimento das Diretrizes Pedagógicas a fim de proporcionar momentos de discussão e direcionar as ações de acordo com a proposta dos ciclos de aprendizagem.

Os participantes da pesquisa ressaltaram algumas dimensões do trabalho cotidiano do coordenador pedagógico, provavelmente as mais representativas para eles. As atribuições do coordenador pedagógico estão contidas no Regimento Interno da SEDF (2009) e nas Diretrizes Pedagógicas do BIA. De acordo com esses documentos cabe ao coordenador pedagógico, atuar junto aos professores do BIA e desenvolver trabalhos que levem o grupo de educadores a:

- Planejar e orientar o desenvolvimento das estratégias de avaliação diagnóstica.
- Orientar, acompanhar e avaliar a elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola.
- Estimular e dar suporte técnico-pedagógico ao planejamento, desenvolvimento e avaliação das estratégias de reagrupamento.

- Planejar momentos de estudos relacionados ao aprimoramento das didáticas utilizadas pelos alfabetizadores.
- Estimular a participação dos professores nas coordenações pedagógicas da escola, nos cursos e oficinas oferecidas pelo CRA/GREB e EAPE.

Os professores têm uma visão favorável da figura do coordenador pedagógico, atualmente este já é escolhido pelo grupo, o que possibilitou um maior entrosamento, porém consideram, que a SEEDF não valoriza e nem incentiva este profissional.

3.1.9. Trabalho em equipe

A nona questão do questionário trata da valorização do trabalho em equipe pela direção da escola.

Segundo a educadora **CIC**

as escolas estão ousando na forma de fazer pedagógico, na interação de todos os segmentos, mas precisamos ainda estudar, aprofundar, debater sobre ciclo, avaliação e trabalho coletivo, articulado com o currículo, (**CIC**, 2013).

Houve unanimidade nas respostas dos participantes da pesquisa, todos afirmam que a direção da escola participa efetivamente do trabalho coletivo, apoiando os profissionais, organizando as coordenações coletivas e setORIZADAS por etapas, dando o suporte técnico que precisam e fornecendo o material didático necessário.

Segundo Dourado

a ideia básica é a da gestão como um processo de idas e vindas, construído por meio da articulação entre os diferentes atores, que vão tecendo a feição que esse processo vai assumindo. A gestão democrática é a expressão de um aprendizado de participação pautado pelo dissenso, pela convivência e pelo respeito às diferenças, em prol do estabelecimento de espaços de discussão e deliberação coletiva, (2001, P.7).

A participação dos gestores escolares inicia-se com a construção do Projeto Político Pedagógico, pautada em princípios democráticos, como parte constitutiva da afirmação da autonomia de toda comunidade escolar e, sobretudo, da atuação articulada entre a ação dos professores e os processos formativos dos alunos, tendo

em vista a consecução dos fins da educação escolar no que tange à efetivação da educação como um bem público e direito universal.

Durante o ano letivo a equipe gestora em parceria com os coordenadores pedagógicos precisam criar situações de interação entre os sujeitos educativos, planejando e articulando um trabalho conjunto de reflexão, avaliação coletiva e reformulação das práticas pedagógicas.

3.1.10. Estrutura do BIA

A décima questão faz uma investigação sobre o que poderia ser feito para melhorar a estrutura do BIA.

Os educadores da escola propuseram algumas ações que segundo seus pontos de vista podem melhorar a estrutura do BIA. A seguir destacamos alguns pontos:

Para as professoras **GE, CPL1 e P6** as ações que poderiam melhorar a estrutura do Bia seriam: criações de salas temáticas nas quais alunos e professores organizariam e construiriam os materiais necessários para o enriquecimento das aulas, diminuição do número de alunos por turma, oficinas pedagógicas para confecção de jogos didáticos, retorno das aulas de Educação Física para as séries iniciais.

A coordenadora pedagógica **CPL2** demonstrou preocupação com a evasão escolar e citou que o problema poderia ser amenizado com o retorno do programa visitador escolar desenvolvido pela SEEDF, do qual fazia parte estudantes do ensino médio que iam às residências dos alunos que tinham três faltas consecutivas ou cinco alternadas, no mês, a fim de pesquisarem os motivos da ausência e tentar trazê-los de volta à escola.

Os profissionais **P1, P2, P3 e P4** ressaltaram a necessidade de mais cursos de formação continuada sobre o BIA, sendo que um deles enfatizou a necessidade desses cursos acontecer na cidade onde atua.

A professora **P5** colocou a necessidade de apoio de outras instituições governamentais e particulares, promovendo parcerias reais com as secretarias de Saúde e Ação Social uma vez que, a escola não tem como atuar isoladamente em todas as questões que, queiramos ou não, batem as nossas portas, adentram as

salas de aula e influenciam negativamente o desempenho acadêmico de nossos alunos.

Por fim a coordenadora intermediária do CRA foi categórica ao apontar a necessidade de um espaço adequado para o funcionamento do Centro de Referência em Alfabetização - CRA e um número maior de articuladores. O CRA foi regulamentado pela SEEDF por meio da portaria nº 283/2005 é constituído por articuladores que tem como atribuições promover oficinas e palestras, formar grupos de estudo e atender as escolas oferecendo suporte técnico e pedagógico para os professores e coordenadores atuantes no BIA.

Outra questão abordada foi com relação à demora na avaliação/atendimento oferecido pelo Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEAA) e os desafios enfrentados por esta equipe.

Segundo a pedagoga embora reconheçam a necessidade de um olhar psicopedagógico mais apurado a demora no trabalho desenvolvido pela Equipe no que diz respeito à agilidade dos atendimentos do processo PAIQUE, dirigido ao aluno com dificuldades de aprendizagem gera insatisfação para parte da comunidade escolar.

A pedagoga relatou que há casos em que o professor encaminha os alunos de forma precipitada, sem que antes tenha realizado as intervenções necessárias para que este alcance êxito na escolar. A resistência de muitos professores em unirem teoria e prática é colocada como prejudicial no processo de intermediação no qual os professores se detêm em *o que ensinar e não em como ensinar ou como o aluno aprende*.

É fato que a não possibilidade de atender a toda demanda de crianças com bloqueios e/ou dificuldades de aprendizagem gera uma angustia em professores, pais e alunos. Angustia também compartilhada com os componentes do SEAA que se empenham para realizar os atendimentos. (Pedagoga do SEAA, 2013).

Outra dificuldade levantada foi a percepção de certa desorganização por parte da FAMÍLIA no que tange a falta de rotina, horário para dormir, alimentação inadequada, acompanhamento das atividades, questões estas que refletem no prejuízo acadêmico do aluno. O significado da ESCOLA, construído por essa família, é transmitido ao aluno, na grande maioria, de forma pouco significativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Distrito Federal foi um dos pioneiros na educação em ciclos no Brasil. Em 1963 dividiu o ensino primário em três fases. O estudante avançava para a 2ª fase ao completar o processo de alfabetização. Houve alternâncias entre seriação e ciclos nos governos posteriores. Novas experiências de escola ciclada ocorreram em 1984 com o projeto ABC, em 1989 com o CBA, em 1997 com a Escola Candanga e em 2006 iniciou-se o projeto BIA que foi implantado gradativamente, até que em 2008 todas as regiões administrativas adotaram os ciclos nas três primeiras etapas da alfabetização.

No início de 2013 as discussões sobre ciclo tomaram vulto na comunidade escolar. A secretaria de educação tentou expandir a escola ciclada para os anos subsequentes do ensino fundamental. A Promotoria de Defesa da Educação (PROEDUC), o Conselho de Educação Básica do DF e o Sindicato dos professores (SINPRO-DF) foram contrários à medida, por entenderem que mudanças como essas necessitariam de um amplo debate entre todos os segmentos da educação. Segundo o SINPRO "a proposta não foi apresentada a comunidade escolar e não foi aprovada em instâncias previstas na Lei de Gestão Democrática".

Para a União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Brasília (UMESB) não haveria igualdade de condições entre os estudantes da rede pública, uma vez que a proposta seria implantada inicialmente em apenas cinco regiões administrativas.

Mediante as oposições o governo retrocedeu, mas garante que em 2014 toda a escola pública distrital adotará o ciclo. Com certeza esse debate continuará em pauta tendo defensores e opositores ferrenhos.

A questão central do presente trabalho: Quais os desafios do Bloco Inicial de Alfabetização - BIA - para a gestão pedagógica de uma escola de Ensino Fundamental Anos Iniciais no DF? Teve como objetivo geral: Analisar os impactos na gestão pedagógica da escola com a implantação do BIA.

A participação efetiva dos educadores da escola x permitiu que a meta fosse atingida. Claro que o assunto não foi esgotado. Pelas respostas dos participantes podemos entender que houve mudanças significativas na organização do tempo/espço escolar e participação efetiva dos gestores desde a construção do

Projeto Político Pedagógico até as ações cotidianas em reuniões de Conselho de Classe, proposições de intervenções didáticas, acolhimento das sugestões dos outros sujeitos educacionais, e melhorias na disponibilização de recursos pedagógicos.

A coordenação e a função do coordenador local ganharam destaque, aconteceram transformações na forma e nos instrumentos de avaliação que beneficiam os estudantes. Percebe-se uma maior preocupação com o trabalho coletivo e com a formação continuada dos educadores.

Apesar de aprovarem o BIA, os profissionais da escola apontam falhas que precisam ser sanadas. Eles solicitam mais cursos de formação, preferencialmente na cidade em que atuam. Vários deles moram em localidades limítrofes do DF (Valparaíso, Cidade Ocidental, Luziânia...) e têm dificuldade para se deslocarem até a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – EAPE³.

É evidente que o BIA necessita passar por reformulações, não tanto em seus aspectos teóricos, mas, principalmente em seus aspectos estruturais: mais cursos de formação, fortalecimento das atuações do CRA, admitindo mais articuladores e fornecendo espaço físico adequado, recontratando os visitantes escolares para diminuição da infrequência e desistência escolar.

Até recentemente as avaliações eram centradas no estudante, isentando de certa forma a escola e o professor. O argumento utilizado para essa avaliação excludente é que ‘a vida seleciona os mais fortes’ naturalizando assim a postura inatista e meritocrática, salientando que devemos preparar nossos alunos para a vida. Esse pensamento degradante bate de frente com o ideal de uma escola democrática, cuja função primordial é oferecer a todos os alunos a apropriação organizada e sistemática do conhecimento construído historicamente pela humanidade.

Hoje, recebemos na escola um “novo aluno” é preciso entendê-lo, reconhecer e valorizar as suas experiências, compreender que cada um tem o “seu tempo” e que a aprendizagem não obedece a um tempo rígido. Daí, a necessidade de promover uma educação que possibilite ao aluno igualdade de acesso onde ele progredirá em sua aprendizagem sem o mecanismo de dosagem do conhecimento. Para que isso aconteça é necessário um currículo flexível que estimule o aluno e

³ Tem como função promover a formação continuada dos profissionais da educação vinculados à SEEDF. Endereço: 907 Sul, sala 107.

desenvolva as habilidades necessárias e adequadas às características da nova sociedade.

REFERÊNCIAS

ALAVARSE, Ocimar Munhoz - **A Organização do Ensino Fundamental em Ciclos**. Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo.

AZEVEDO, Janete. **A educação como política pública**. São Paulo: Autores associados, 2001.

Correio Braziliense- Caderno Cidades- **MP Questionará mudanças** -7 de fevereiro de 2013- p.25 Brasília.

CURY, Roberto Jamil – **O direito à educação: um campo de atuação do gestor educacional na escola**, Brasília, Ministério da Educação, 2006.

D. Federal- Secretaria de Estado da Educação do DF/ Subsecretaria de educação pública. **Orientações gerais para o ensino fundamental de 9 anos: Bloco Inicial de Alfabetização**.Brasília, DF:2006

Diretrizes Pedagógicas do Bloco Inicial de Alfabetização, 2ª edição; 2012- Edição revisada, Brasília, SEE-DF, 2012.

Distrito Federal (Brasil). Secretaria de Estado de Educação. **Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do DF**, 5ª Ed – Brasília, 2009.

DOURADO, L. F. **Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas**. Campinas: CEDES/ Educação e Sociedade, 2001. v. 1.

Lei n. 10.172/01 – Plano Nacional de Educação. Disponível em: <www.planalto.gov.br>.

LIBÂNEO, J.C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M.S. As políticas educacionais, as reformas de ensino e os planos e diretrizes: a construção da escola pública. In: - **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2007.

LÜCK, Heloísa. **Gestão educacional: Uma questão paradigmática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MAINARDES, J. Escola em ciclos: fundamentos e debates. São Paulo: Cortez, 2009.

MATE, Cecília Hanna. O coordenador pedagógico e as reformas pedagógicas. In: Almeida, I. R. de; PLACCO, V. M. N. de (Orgs.). **O coordenador pedagógico e o espaço de mudança**. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2003.

SANTANA, Ana Carmina P. Dantas. **Bloco Inicial de Alfabetização- o desafio da mudança**. Brasília, SEE-DF, 2009.

<http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/noticias/23336/mec-lanca-pacto-nacional-pela-alfabetizacao-na-idade-certa/>

APÊNDICE

ANEXO 1



Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
 Centro de Formação Continuada de Professores
 Secretaria de Educação do Distrito Federal
 Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação
 Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

Caros colegas,

Estou realizando uma pesquisa para conclusão do curso de pós-graduação - Especialização em Coordenação Pedagógica pela Universidade de Brasília. O tema por mim escolhido foi: **BIA- Educação Ciclada no DF e a gestão pedagógica**. Peço que colaborem respondendo às perguntas propostas neste questionário. Não é necessária identificação, apenas marque um (X) no cargo em exercício.

Agradeço a colaboração

Adalvany Araújo de Sousa Nogueira

- () Professor atuante no Bloco inicial de Alfabetização – BIA
- () Coordenador Pedagógico
- () Coordenador intermediário do Centro de Referência em Alfabetização – CRA
- () Membro da direção

1. Você conhece as Diretrizes Pedagógicas do BIA? Se respondeu sim, como você tomou conhecimento dessas Diretrizes?
2. Quais os desafios do Bloco Inicial de Alfabetização BIA para a gestão pedagógica de uma escola de Ensino Fundamental Anos Iniciais no DF?
3. Quais os impactos provocados na gestão pedagógica da escola com a Implementação do BIA?
4. O que você acha da organização espaço e tempo escolar no BIA?
5. As possibilidades metodológicas ofertadas pelo BIA contribuem para sua prática pedagógica? Como?

6. Quais dos princípios do trabalho pedagógico no BIA você acha mais importante e por quê?
7. Ocorreram alterações na taxa de aprovação/reprovação da escola ao término dos 5 anos com a implantação do BIA ? Por que você acha que isso aconteceu?
8. Quais as contribuições do trabalho do coordenador pedagógico para o processo ensino aprendizagem em sua escola?
9. A direção da sua escola valoriza o trabalho em equipe? Caso sua resposta seja afirmativa, como isso acontece?
10. O que você acha que poderia ser feito para melhorar a estrutura do BIA?

Anexo 2



Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
Centro de Formação Continuada de Professores
Secretaria de Educação do Distrito Federal
Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação
Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

TERMO DE CIÊNCIA DA INSTITUIÇÃO

Eu, _____, RG n.º _____, matrícula SEEDF n.º _____, diretor(a) do CAIC ALBERT SABIN, situado à EQ 304/307 Santa Maria Brasília/ DF, declaro ter sido informado pelo(a) pesquisador(a): Adalvany Araújo de Sousa Nogueira a respeito dos riscos, benefícios e confidencialidade da pesquisa a ser feita como (anotar quem são os sujeitos da pesquisa) desta escola, cujo título é **O BLOCO INICIAL DE ALFABETIZAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA**.

Também estou ciente e autorizo (colocar o que está autorizado a fazer, por exemplo, observar reuniões pedagógicas, aulas, atividades dos alunos etc.), mediante a publicação e divulgação dos resultados, por meio digital e/ou impresso, que omitirão todas as informações que permitam identificar quaisquer dos profissionais deste estabelecimento de ensino.

Brasília, _____ de _____ de 2012.

Assinatura do participante

Anexo 3



Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
 Centro de Formação Continuada de Professores
 Secretaria de Educação do Distrito Federal
 Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação
 Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, RG n.º _____, declaro ter sido informado(a) pelo(a) pesquisador(a) **Adalvany Araújo de Sousa Nogueira** a respeito dos riscos, benefícios e confidencialidade da entrevista e fornecida para a pesquisa **O BLOCO INICIAL DE ALFABETIZAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA**. Também participo voluntariamente ciente de que a publicação e divulgação dos resultados, por meio digital e/ou presencial, nas quais serão omitidas todas as informações que permitam identificar-me, contribuirá para a compreensão do fenômeno estudado e produção de conhecimento científico.

Brasília, _____ de _____ de 2012.

 Assinatura do participante

Esclarecimentos a respeito da pesquisa:

- Justificativas e objetivos.
- Descrição do método utilizado e métodos alternativos existentes.
- Desconfortos e riscos associados.
- Benefícios esperados (para o voluntário e comunidade).
- Garantia de confidencialidade das informações geradas e a privacidade da pesquisa.
- Participação voluntária e possibilidade de retirada do consentimento a qualquer tempo, sem prejuízo na relação com o pesquisador ou com a instituição.
- Conduta para sanar eventuais dúvidas acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa.
- Recebimento de cópia deste termo.

Contatos:

Pesquisador(a) responsável: Adalvany Araújo de . Nogueira,
 adalvany.nogueira94@hotmail.com
 Orientadora: Prof.^a Shirleide Pereira da Silva Cruz